

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta T e s e será disponibilizado somente a parti de 21/02/2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
Faculdade de Ciências - Campus de Bauru
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

CONSULTORIA COLABORATIVA:
possibilidades para uma gestão escolar na perspectiva inclusiva

Bauru

2024

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

**CONSULTORIA COLABORATIVA:
possibilidades para uma gestão escolar na perspectiva inclusiva**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Ciências, campus de Bauru – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, área de concentração: Aprendizagem e Ensino.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lucia Messias Fialho Capellini.

Bauru - SP

2024

Cordeiro, Fabiana Aparecida Menegazzo.

Consultoria Colaborativa: possibilidades para uma gestão escolar na perspectiva inclusiva / Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro. - Bauru, 2024

150 f. : il.

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Vera Lucia Messias Fialho Capellini

1. Consultoria colaborativa. 2. Direito à educação para todos. 3. Gestão escolar. 4. Inclusão. 5. Processo de ensino. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FABIANA APARECIDA MENEGAZZO CORDEIRO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 08:00 horas, no(a) Google Meet (<https://meet.google.com/jbi-hhyp-bxj>), realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de FABIANA APARECIDA MENEGAZZO CORDEIRO, intitulada **CONSULTORIA COLABORATIVA: possibilidades para uma gestão escolar na perspectiva inclusiva**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Unesp Campus de Bauru Faculdade de Ciências, Prof. Dr. DÉCIO NASCIMENTO GUIMARÃES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Profa. Dra. JULIANA IZAR SOARES DA FONSECA SEGALLA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Direito / Pesquisadora da PUC-SP (Grupo Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade) e Coordenadora do Curso de Direito e docente da Faculdade de Araraquara, Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências Unesp Campus de Bauru. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **Aprovada**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Vera Lucia Messias Fialho
Capellini:07797199809

Assinado de forma digital por Vera
Lucia Messias Fialho
Capellini:07797199809
Dados: 2024.02.21 09:14:06 -03'00'

Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre estar comigo!

À minha família pelo refúgio, sobretudo à minha filha Lara e meu esposo Cristiano por me esperarem!

À minha orientadora, Professora Vera, pela energia e motivação, por tantas oportunidades que me proporcionou. Pela abertura da estreita porta da Universidade Pública para mim e pela filosofia que marca a vida de quem convive contigo: “Onde há vida, há jeito!”

Aos colegas do LaTeDip com quem foi um presente conviver e por terem colaborado com o meu trabalho!

Ao Promotor de Justiça, Dr. Lucas Pimentel de Oliveira, pela escuta e atenção dedicados a toda equipe do Projeto da qual fiz parte, além do incansável trabalho para a promoção do direito à educação de qualidade!

Aos amigos que a vida me deu, seja pelos mesmos caminhos percorridos, seja pelos mesmos propósitos aos quais compartilhamos!

Aos amigos e alunos da ETEC Rodrigues de Abreu, pela energia e intensos momentos de cada dia!

Aos amigos da UNESP, incluindo aqui, os colegas deste e de outros Programas, os servidores, com destaque para as queridas Ana Cristina Maia de Oliveira e Eunice Toledo Ortigosa e tantos outros servidores, alunos e estagiários que passaram por minha vida durante estes quatro anos, forjando em mim as memórias de como ser uma estudante da Unesp - Campus Bauru!

A todos que lerão o meu trabalho!

Epígrafe

Não sei ... se a vida é curta ou longa demais pra nós,
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:

Colo que acolhe,

Braço que envolve,

Palavra que conforta,

Silêncio que respeita,

Alegria que contagia,

Lágrima que corre,

Olhar que acaricia,

Desejo que sacia,

Amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,

É o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela

Não seja nem curta,

Nem longa demais,

Mas que seja intensa,

Verdadeira, pura ... Enquanto durar.

(Autor desconhecido, autoria atribuída à Cora Coralina)

CORDEIRO, F.A.M. **Consultoria Colaborativa:** possibilidades para uma gestão escolar na perspectiva inclusiva. 150f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2024.

RESUMO

Este estudo refere-se à pesquisa-ação colaborativa, de natureza longitudinal, com finalidade aplicada e abordagem quantiquantitativa. O trabalho utilizou o método indutivo, com objetivo de descrever e explorar seu objeto, dando continuidade ao estudo “Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público-alvo da educação especial em escolas públicas da comarca de Bauru”, aqui denominado Macroprojeto. Após devolutiva individualizada, cada unidade escolar avaliada no projeto recebeu a tarefa de elaborar um plano de ações e metas de curto, médio e longo prazo, a fim de superar os fatores dificultadores identificados que interferem no processo ensino e aprendizagem de alunos elegíveis aos serviços da Educação Especial. Esta pesquisa objetivou, por meio da consultoria colaborativa, acompanhar e avaliar os resultados da aplicação destes planos de ação, apoiando as escolas no desenvolvimento de estratégias, metas e ações voltadas para ampliar as políticas, práticas e culturas inclusivas que influenciam nos processos de ensino dos referidos alunos. O texto da pesquisa é composto por duas partes sendo a primeira uma revisão bibliográfica integrativa acerca da gestão escolar para a construção e a ampliação de políticas, práticas e culturas inclusivas no período entre 2015 e 2020, estudo este que foi realizado para embasar o planejamento e a execução das intervenções. Já a segunda parte refere-se à apresentação e análise dos resultados da consultoria colaborativa realizada com duas escolas estaduais que pertencem ao grupo de escolas participantes do Macroprojeto, envolvendo as comunidades escolares (alunos, pais/responsáveis, professores/gestores/funcionários). A coleta de dados decorreu por meio de instrumentos elaborados no formato de formulário eletrônico, por documentos produzidos pelas escolas, além de registros gravados e anotados em diário de campo, gerados durante o processo interventivo e pela reaplicação do Protocolo de Indicadores de Políticas, Culturas e Práticas Inclusivas (já utilizado como diagnóstico das escolas no Macroprojeto), o Index para Inclusão (equipe escolar e alunos), aplicados antes e depois das intervenções. Foram realizadas reuniões e formações com a gestão, a equipe geral das escolas, os docentes, os pais e os alunos, bem como foi realizada uma visita com representantes das lideranças do Macroprojeto. Já as intervenções foram elaboradas a partir das demandas levantadas pelo coletivo das escolas e foram desenvolvidas em encontros (remotos e presenciais) nos horários de trabalho coletivo das unidades escolares, tendo o subsídio de pedagogos e psicólogos, membros do grupo de pesquisa que também participaram do Macroprojeto. Para análise dos dados qualitativos, foram utilizados a categorização de dados com base em Bardin (2016) e os quantitativos foram organizados em planilhas no Excel, a partir do cruzamento entre diferentes variáveis por meio do Programa SPSS 11.5. Com os resultados obtidos, apurou-se que o trabalho executado de forma multidisciplinar, colaborativa, constante e intencional, liderado e apoiado pela gestão escolar, contribui para a efetivação de práticas, políticas e culturas que promovem melhores condições para a inclusão, perpassando o acolhimento dos alunos, o conhecimento da pessoa do aluno e de sua condição e a efetivação dos processos de ensino que consideram o direito de aprender dos alunos elegíveis aos serviços da educação especial na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: consultoria colaborativa; direito à educação para todos; gestão escolar; inclusão; processos de ensino.

CORDEIRO, F.A.M. **Collaborative Consultation:** possibilities for school management from an inclusive perspective. 150f. Thesis (Doctorate in Psychology of Development and Learning) – Universidade Estadual Paulista, Faculty of Science, Bauru, 2024.

ABSTRACT

This study refers about a Collaborative Action-Research, with longitudinal nature, with an applied purpose and a quantitative-qualitative approach. It used the inductive method, with the aim of describing and exploring its object, continuing the study “Assessment of the quality of education offered to students targeted by special education in public schools in the region of Bauru”, here called Macroproject. After individualized feedback, each school unit evaluated in the project was given the task of developing an action plan and short, medium and long-term goals, aiming to overcome the identified hindering factors that interfere in the teaching and learning process of students eligible for services. of Special Education. This research aimed, through collaborative consultancy, to monitor and evaluate the results of the application of these action plans, supporting the schools in the development of strategies, goals and actions aimed at expanding inclusive policies, practices and cultures that influence the teaching processes of the aforementioned students. The research text is composed of two parts, the first being an integrative bibliographic review about school management for the construction and expansion of inclusive policies, practices and cultures in the period between 2015 and 2020, a study that was carried out to support planning and the execution of interventions. The second part refers to the presentation and analysis of the results of the collaborative consultancy carried out with two state schools that belong to the group of schools participating in the Macroproject, involving school communities (students, parents/guardians, teachers/managers/employees). Data collection was carried out through instruments prepared in electronic form format, through documents produced by schools, through records recorded and noted in a field diary, generated during the intervention process and through the reapplication of collection instrument *The Index for Inclusion*, a Policy, Culture and Practice Indicators Protocol Inclusive (already used as a diagnosis of schools in the Macroproject), applied to school staff and students, before and after the interventions. Meetings and training were held with management, the schools' general team, teachers, parents and students and a visit was carried out with representatives of the Macroproject leaders. The interventions were developed based on the demands raised by the schools' collective and were developed in meetings (remote and in-person), during the collective work hours of the school units, with participation from pedagogues and psychologists, members of the research group who also participated of the Macroproject. To analyze the qualitative data, it was used data categorization based on Bardin (2016) and the quantitative data were evaluated using Excel spreadsheets, with the crossing between different variables using the SPSS 11.5 Program. The results obtained showed that the work carried out in a multidisciplinary, collaborative, constant, intentional way, led and supported by school management, contributes to the implementation of inclusive practices, policies and cultures, promote more favorable conditions to including welcoming students, get to know the students and their conditions and the implementation of teaching processes that consider the right to learn of students eligible for special education services from an inclusive perspective.

Keywords: collaborative consultancy; right to education for all; school management; inclusion; teaching processes.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 – Protocolo PRISMA para seleção dos trabalhos científicos.....	35
---	----

ARTIGO 2

Figura 2 – Etapas do Macroprojeto.....	54
Figura 3 – Pilares da Consultoria Colaborativa.....	67
Figura 4 – Eixos do processo de intervenção da Consultoria Colaborativa, na Unidade A, no período de 2021-2022.....	75
Figura 5 – Imagem da formação ministrada pela Plataforma Teams, Tema Adaptação Curricular, Unidade A.....	80
Figura 6 – Imagem da ferramenta tecnológica (Drive) para organização dos documentos e registros dos alunos elegíveis aos serviços da educação especial, Unidade A.....	85
Figura 7 – Imagem dos equipamentos e recursos adquiridos para sala de recursos, Unidade A.....	86
Figura 8 - Imagem da ilustração do Ebook sobre Tecnologias Assistivas, produzido pelos alunos da Unidade A, 2022.....	90
Figura 9 – Adaptação Curricular do Currículo Paulista, Unidade A, Bauru, 2022.....	9
Figura 10 – Eixos do processo de intervenção da Consultoria Colaborativa na Unidade B, no período de 2021-2022.....	100
Figura 11 – Imagem da Reunião de Planejamento, com intervenção da Consultoria Colaborativa, na Unidade B.....	104

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 1

Quadro 1 – Procedimentos utilizados para escolha dos trabalhos científicos.....	34
---	----

ARTIGO 2

Quadro 2 – Ementa das formações ofertadas para todos os docentes da Comarca de Bauru, no período de 2017-2021.....	58
Quadro 3 – Cursos/formações ofertadas durante a vigência dos projetos.....	59
Quadro 4 – Consultoria Colaborativa, etapas e procedimentos	68
Quadro 5 – Organização da agenda, temáticas e profissional, Unidade A.....	78
Quadro 6 – Categorias para análise dos resultados das formações, Unidade A, no período de março a setembro de 2022, Bauru/SP.....	81
Quadro 7- Organização da agenda, temáticas e profissional formador, Unidade B, no período 2021-2022, Bauru/SP.....	102
Quadro 8– Categorias para análise dos resultados das formações, Unidade B, no período de março de 2021 a setembro de 2022, Bauru/SP	105

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO 1

Gráfico 1 – Objetivos dos estudos analisados.....	39
Gráfico 2 – Categoria: políticas inclusivas.....	43
Gráfico 3 – Categoria: práticas inclusivas.....	45
Gráfico 4 – Categoria: Culturas inclusivas.....	47

ARTIGO 2

Gráfico 5 – Ações Planejadas x Ações Executadas (Estado e Município)	57
Gráfico 6 – Formações (inscritos e concluintes)	60
Gráfico 7 – Unidade Escolar A, respostas dos alunos e pais ao Instrumento Index para Inclusão, no período de 2016-2017.....	71
Gráfico 8 – Unidade Escolar A, respostas dos professores e gestores aos Instrumento Index para Inclusão, no período de 2016-2017.....	73
Gráfico 9 – Unidade Escolar B, respostas dos estudantes e pais aos Instrumento Index para Inclusão, no período de 2016-2017.....	96
Gráfico 10 – Unidade Escolar B, respostas dos professores e dos gestores ao Instrumento Index para Inclusão, no período de 2016-2017.....	97
Gráfico 11 – Unidade Escolar B, respostas dos participantes da equipe geral ao Instrumento Index para Inclusão, no período de 2016-2017.....	98

DISCUSSÃO GERAL

Gráfico 12 – Temas apontados para ações em todas as unidades escolares estaduais e municipais.....	123
--	-----

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 – Relação entre as bases de dados e os critérios de seleção dos trabalhos.....	36
Tabela 2 – Fonte, tempo da publicação, origem e modalidade dos trabalhos selecionados.....	38
Tabela 3 – Categorização dos trabalhos selecionados.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE –	Atendimento Educacional Especializado
ATPC –	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
CDPD –	Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência
CF –	Constituição Federal
DUA –	Desenho Universal de Aprendizagem
FAPESP –	Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP –	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LaTeDiP –	Laboratório de Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão de Pessoas
LBI –	Lei Brasileira de Inclusão
MP –	Ministério Público
ONU –	Organização das Nações Unidas
ODS –	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAEE –	Plano de Atendimento de Ensino Especializado
PJ –	Promotoria de Justiça
PPP –	Projeto Político Pedagógico
PEI –	Plano de Ensino Individualizado
SEDUC/SP –	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
TDHA –	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade
TEA –	Transtorno Espectro Autista
TGD –	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UNESP –	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO GERAL	18
2 COMPILAÇÃO DE CAPÍTULOS	27
2.1 CAPÍTULO 1 – ARTIGO 1: A GESTÃO ESCOLAR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.	27
2.1.1 Introdução	29
2.1.2 Método	32
2.1.2.1 Tipo de estudo	32
2.1.2.2 Base de dados consultadas e estratégias de busca.....	33
2.1.2.3 Procedimentos de coleta de dados.....	33
2.1.2.3.1 Critérios de inclusão/exclusão dos artigos	33
2.1.2.3.2 Procedimentos da Revisão	34
2.1.2.4 Procedimentos para análise de dados	35
2.1.2.4.1 Análise dos conteúdos coletados.....	36
2.1.3 Resultados e Discussão	36
2.1.3.1 Análise temática das categorias:	42
2.1.3.1.1 Políticas Inclusivas.....	42
2.1.3.1.2 Práticas Inclusivas	44
2.1.3.1.3 Culturas Inclusivas	46
2.1.4 Algumas considerações acerca da revisão de literatura	48
2.2 CAPÍTULO 2 – ARTIGO 2: A PESQUISA-AÇÃO E A CONSULTORIA COLABORATIVA: POSSIBILIDADES PARA A GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	51
2.2.1 Introdução	53
2.2.1.1 Contextualizando o cenário que antecedeu e permeou a Consultoria Colaborativa: .	53

2.2.1.2 Introdução à Consultoria Colaborativa em duas escolas públicas do município de Bauru	61
2.2.2 Método	62
2.2.2.1 Procedimentos para coleta de dados	65
2.2.2.2 Procedimentos para análise de dados	65
2.2.2.3 A Consultoria Colaborativa.....	66
2.2.3 Resultados e Discussão	70
2.2.3.1 O processo investigativo e seus resultados (Unidade A)	71
2.2.3.1.1 Resposta ao index para inclusão (2016/2017).....	71
2.2.3.1.2 Análise da infraestrutura	73
2.2.3.2 O processo interventivo (Unidade A)	75
2.2.3.2.1 Apoio com recurso tecnológico	75
2.2.3.2.2 Formação Docente	76
2.2.3.2.3 Reflexões e seus reflexos na política e nos procedimentos para a promoção da educação especial na perspectiva inclusiva.....	84
2.2.3.2.4 Cultura inclusiva e envolvimento da Comunidade Escolar	88
2.2.3.3 Os processos investigativo e seus resultados (Unidade B)	93
2.2.3.3.1 Resposta ao index para inclusão (2016/2017)	95
2.2.3.3.2 Análise da infraestrutura	97
2.2.3.4 O processo interventivo (Unidade B)	99
2.2.3.4.1 Apoio com recursos tecnológicos	99
2.2.3.4.2 Formação para a equipe escolar	99
2.2.3.4.3 Processo investigativo discente (alunos com relatório pedagógico com indicação para avaliação multimodal	108
2.2.3.4.4 Reflexões e reflexos para ajustes na política e nos procedimentos para a promoção da educação especial na perspectiva inclusiva.....	110
2.2.3.5 Algumas considerações acerca da consultoria colaborativa	116

2.2.3.6 Das impressões da consultora durante o processo de pesquisa	117
DISCUSSÃO GERAL	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS (GERAL)	132
ANEXOS	143
Anexo A - Relatório de Devolutiva	143
ANEXO B - Aprovação Comitê de Ética_Projeto Colaboração Universidade – Escola Pública para ampliação de políticas, práticas e culturas mais inclusivas.....	148

APRESENTAÇÃO

A educação direciona minha vida desde quando olho para trás e lembro dos meus primeiros anos na Escola Rural, do Bairro Lageado, Município de Óleo/SP. Como aluna de escola pública em todo meu percurso da educação básica, senti os percalços da exclusão social, por depender da oferta de um direito pago pelo Estado, com problemas de transporte escolar precário, poucos recursos didáticos, salas multisseriadas com apenas uma docente (uma heroína), mas também alcancei gratas oportunidades e conheci pessoas que me dispenderam atenção e cuidados para além do atendimento como aluna. Estas pessoas marcaram minha vida com ricas experiências e boas memórias do que representa a escola na vida de uma criança.

Já quando jovem e caminhando para a vida adulta, novamente foram os professores na etapa do ensino médio que, em conversas atenciosas, indicaram habilidades notadas no meu perfil, além de sugeriram livros, estudos direcionados e opções de carreiras para que eu refletisse no que escolheria como profissão. Assim escolhi fazer direito e ser advogada!

Na graduação, estudar sobre nossa legislação, a formação e as funções do Estado Democrático de Direito Brasileiro, bem como os direitos fundamentais, me fizeram refletir que a educação não era importante só para mim, mas era um direito essencial para cada brasileiro em seu próprio processo de desenvolvimento e de forma coletiva para a construção de uma sociedade melhor.

A reflexão foi tão intensa e transformadora, que hoje tenho uma escola como ambiente de trabalho e, desde a pós-graduação, resolvi estudar mais à fundo sobre a educação no Brasil, buscando compreender no mestrado, o quanto a oferta da educação gratuita do direito à educação promove, de fato, a inclusão social dos alunos ou pela falta de qualidade, o quanto isto colabora para os quadros de exclusão social de uma grande maioria de alunos que acessa este direito pela via pública.

E agora no doutorado, sinto que toco em um ponto ainda mais profundo e complexo desta problemática, buscando compreender e evidenciar por meio de procedimentos de estudos científicos, como as pessoas com deficiência, que por suas específicas condições e potencialidades, podem e devem ter assegurado o acesso, a permanência e o direito de aprender com qualidade nas escolas públicas e regulares.

Para além do discurso de que a escola é inclusiva, o que mais a gestão, a equipe, as famílias, a universidade e a sociedade podem efetivamente colaborar para que a educação de

qualidade e para todos se concretize? É neste contexto que convido você a ler este trabalho, conhecer uma proposta possível por meio da Consultoria Colaborativa e assim refletir comigo para que possamos formar por processos, locais e tempos diferentes, uma grande rede sustentável e promotora da educação inclusiva.

1 INTRODUÇÃO GERAL

Desde a segunda metade do século XX, a promoção dos princípios constitucionais como a igualdade e a equidade por meio da efetivação da entrega dos direitos fundamentais e dentre eles, o direito à educação com a aprendizagem integral, de qualidade e de forma universal, tornou-se pauta da agenda estatal dos países que reconheceram as barbáries provocadas pela guerra.

Piovezan (2017) explica que a estrutura internacional vigente dos direitos humanos se apresenta à Comunidade Mundial como resposta ao estado de recomposição do pós-guerra voltado para a valorização da pessoa humana. Os esforços se voltaram para colocar os direitos humanos como paradigma ético a fim de orientar a nova ordem internacional contemporânea, e por isso, cria-se o direito internacional da cooperação e da solidariedade entre os povos, uma ação suplementar de fiscalização da comunidade internacional de forma constante e de sentinela para atuar quando da falha das instituições e ordens jurídicas domésticas.

Assim, no plano internacional, desenham-se parâmetros mínimos de proteção para todas as pessoas e, neste contexto, os movimentos sociais de representatividade de grupos de pessoas com deficiência¹ ganham espaço para reivindicarem seus direitos, o que culminou na Convenção 159/83 da Organização Internacional do Trabalho, na Convenção Interamericana de eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, de 1999 e mais tarde na história, na Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, em Nova York, em 2006 (Piovezan, 2017).

Neste alinhamento, o Poder Constituinte de 1988 ao elaborar a Constituição Federal, inaugurou no Brasil uma ordem jurídica com observância aos princípios da valorização da dignidade humana, influenciando diretamente desde então, a elaboração das leis infraconstitucionais e as ações do Poder Público para o viés inclusivo dos direitos fundamentais, com destaque aqui para o direito fundamental à educação para todos.

¹ Seguindo a nomenclatura prevista nas legislações que adotam o termo pessoa com deficiência, considerando aqui fazer parte deste grupo, as pessoas com deficiências auditiva, visual, intelectual, bem como as pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Acompanhando as leis, este trabalho ora se utiliza do termo pessoa com deficiência para tratar deste grupo, ora segue a nova nomenclatura adotada pela Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, utilizando os termos, público elegível aos serviços da educação especial e pessoas com condições específicas nos processos de ensino e aprendizagem, sendo que todos abordam e incluem as 05 categorias previstas na LBI. Ainda, na perspectiva inclusiva do direito à educação para todos, reconhece-se a necessidade do atendimento e a garantia do direito à educação dos alunos com transtornos de aprendizagem, conforme prevê a Lei nº 14.253/2021.

Em seu artigo 205, a Carta Magna explicita que o direito à educação deve ser para todos, sem fazer qualquer distinção ou exceção, demonstrando seu caráter inclusivo em sua essência, complementando como objetivo precípua deste direito, o pleno desenvolvimento da pessoa, seguido da preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Mediante o arcabouço jurídico brasileiro que normatiza as tratativas da pessoa com deficiência em todos os âmbitos, destaca-se aqui o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, seguido do Decreto Presidencial 6949/2009, de 25 de agosto de 2009, sendo que ambos internalizam e regulamentam como legislação pátria a Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo, tendo o Brasil como signatário em Nova York, em 30 de agosto de 2007 (Brasil, 2008; Brasil, 2009), valendo ainda destacar que é também esta Convenção que mais tarde, em 2015, vai dar origem e fundamentação à LBI, a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Marco Legal mais amplo em tratativas da pessoa com deficiência do país, compreendendo-se neste conceito o grupo de pessoas elegíveis aos serviços da educação especial (Brasil, 2015).

Os referidos decretos apresentam o forte teor principiológico da Convenção que com sua internalização no ordenamento jurídico pátrio adquire equivalência normativa de Texto Constitucional. Em seus artigos iniciais, apresenta o conceito de deficiência na perspectiva biopsicossocial e em evolução, ou seja, a deficiência não está somente na pessoa que tem a condição, mas sobretudo ela decorre da inter-relação entre impedimentos e barreiras do meio, do ciclo de convivência e das atitudes sociais que potencializam as dificuldades ou mesmo impedem a plena e efetiva participação em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2008; Brasil, 2009).

Importante frisar o que dispõe o artigo 24 da Convenção em relação à educação, cujo texto determina que os países signatários devem reconhecer o direito da pessoa com deficiência à educação, que deve ser efetivado sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurando que o sistema educacional seja inclusivo em todos os seus níveis (Brasil, 2009).

Assim, conduzido por estes princípios, o Poder Público Brasileiro ao criar leis e implementar políticas públicas deve pautar-se pela dignidade humana, pela minimização de

barreiras e pela oferta de oportunidades de acesso aos direitos fundamentais e ao exercício da cidadania para toda e qualquer pessoa.

Na seara educacional, o princípio da educação inclusiva vem ao encontro do anseio de promover o acesso ao direito fundamental à educação e aos primeiros passos para o exercício da cidadania de uma pessoa, pela participação no contexto escolar, quando a criança inicia suas relações sociais, para além do seu núcleo familiar.

Segalla e Marta (2013) destacam que a educação inclusiva não seria apenas um direito das minorias e dos grupos vulneráveis, mas também da maioria que, a partir deste contato em meio ao contexto de convivência diverso, naturalizaria a diferença entre as pessoas, compreendendo melhor as condições e as necessidades específicas que cada um têm, com ou sem deficiência.

Neste diapasão, para a implementação do direito fundamental à educação pelo Poder Executivo por meio das políticas públicas² para a educação, o Poder Público deve observar a oferta de processos de ensino e aprendizagem que contemplem ambiente, recursos e processos que viabilizem as diversas formas de aprender e de desenvolver dos estudantes com ou sem deficiência, considerando, desse modo, a oferta de múltiplas oportunidades, a fim de garantir-lhes o direito de aprender. As políticas inclusivas devem visar à reestruturação dos sistemas de ensino e das escolas, ao contemplar a diversidade dos alunos (Zerbato, 2021).

Contudo, diversas variáveis atingem a entrega do direito à educação de qualidade, fazendo com que, para a observância ao direito de aprender de todos e de cada aprendiz, sobretudo na perspectiva da educação inclusiva seja necessário olhares técnicos, cuidadosos e humanitários, a fim de atender às necessidades de cada aluno elegível aos serviços da educação especial na perspectiva inclusiva, visando o desenvolvimento de todo o potencial de habilidades e competências individuais, que possa estar atingido em diferentes graus pelos transtornos globais de aprendizagem, pelas deficiências ou pelas altas habilidades/superdotação e não estar sendo adequadamente trabalhado.

Oportuno enfatizar que a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, em seu art. 2º, veio de forma mais recente reafirmar e regulamentar o que antes já havia sido definido pelo Decreto 6949/2009, acerca do conceito da pessoa com deficiência, enfatizando o atendimento

² Conceitos de Política Pública: É a forma de se relacionar do Estado, por meio do governo, com seu povo [...]; é tudo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e omissões (Souza, Luca, 2013, p. 9). “Um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes” (Palumbo, 1994, p. 35).

diferenciado destas pessoas, a fim de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício de direitos e das liberdades fundamentais, visando a inclusão social e o exercício da cidadania

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Em âmbito escolar, a pessoa com necessidades específicas em seus processos de ensino e aprendizagem que não tem o devido atendimento educativo, portanto, de qualidade, geram processos de ensino e aprendizagem prejudicados e aquém do desenvolvimento do potencial que cada aluno traz consigo, além de ter como direito subjetivo de acessá-lo e usufruí-lo. Atender o aluno com deficiência é identificar as demandas que se apresentam em sua interação no ambiente escolar, e proporcionar-lhe as condições necessárias para sua aprendizagem (Glat; Pletsch; Souza Fontes, 2007).

Como destaca Capellini, Mendes e Rodrigues (2003), ainda que se observe o crescente reconhecimento da inclusão escolar como forma prioritária em atender o estudante público elegível aos serviços da educação especial, na prática brasileira, tal modelo ainda não se configura como uma proposta educacional amplamente difundida, compartilhada e de qualidade, com a maioria das redes de ensino ainda com carências de condições institucionais adequadas para sua viabilização.

O estudo dos indicadores da oferta da educação inclusiva entre 2009 a 2014 revelaram que enquanto o número total de matrículas em AEE aumentou em 136,5%, a cobertura do programa aumentou apenas 10,4% e o alcance do programa não chegou a atender 50% dos alunos elegíveis a este atendimento que estão matriculados na escola regular. Tais dados indicam que grande parcela desses alunos pode não estar recebendo atendimento específico (Rebelo; Kassar, 2018).

Ainda, Santos, Silva, Souza e Pereira (2020) ressaltam que o investimento insuficiente é uma problemática que desafia o âmbito da educação, pois apesar da existência de políticas, há poucos recursos e investimentos para que as mesmas promovam inclusão social dentro dos espaços destinados ao processo de ensino-aprendizagem e em diálogo com as famílias e sociedade civil.

Tal paradoxo continuou no andamento do tempo e exige iniciativas urgentes, pois na análise comparativa entre os dados do Censo Escolar da Educação Especial de 2014 e do Censo realizado em 2021, no andamento desta pesquisa, nota-se um grande movimento de matrículas dos alunos elegíveis aos serviços da educação especial migrando das escolas especiais para as classes regulares. Em 2021 foram apuradas 1.194.884 matrículas (Inep, 2021), enquanto que em 2014, este número era de 441.851 matriculados (Inep, 2014), o que mostra que o número de matriculados na escola regular quase triplicou entre o período de 2014 a 2021. Ao final deste estudo, com a publicação dos dados do Censo 2023, salienta-se que os alunos matriculados em escola comum alcançaram o número de 1.525.888 (Inep, 2023). Em dois anos, houve um crescimento de mais de 300.000 matrículas, sendo necessário que haja a correspondente reestruturação em todos os âmbitos que contemplam a educação inclusiva para que de fato esta se concretize para além dos números, de forma qualitativa.

No contexto educacional da Comarca de Bauru, diante de repetidas situações em que o Ministério Público foi demandado por denúncias de falta de qualidade no serviço aos alunos elegíveis aos serviços da educação especial, acreditando que somente a judicialização³ não resolve a problemática que permeia a educação inclusiva, nasceu a iniciativa do Projeto Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público-alvo da educação especial nas Escolas Estaduais e Municipais da Comarca de Bauru⁴, denominado aqui de Macroprojeto, que perseguindo ideários do direito como integridade (Dworkin, 1999), foi além da perspectiva de aplicação de medidas coercitivas e buscou uma rede de apoio: universidades, pesquisadores, escolas e membros do Poder Executivo de Bauru para melhor compreender e promover intervenções adequadas.

Assim, com fulcro na legislação e na realidade do cenário educacional, foi originado o Macroprojeto que buscou de forma sistematizada, a apuração de dados que evidenciassem as principais necessidades de cada uma das unidades escolares participantes e que servissem de

³ Judicialização: é o movimento de atuação do Poder Judiciário sobre demandas não atendidas pelos Poderes Legislativo e Executivo, sobretudo pela não concretização de direitos fundamentais, como é elencado o direito à educação. Conforme Casagrande (2008), é a participação ativa de juízes e tribunais na criação e no reconhecimento de novos direitos, bem como no saneamento de omissões do governo. [...] é a transposição para o Judiciário de uma parcela dos poderes decisórios típicos do Legislativo e do Executivo, que vem se dando sobretudo a partir de uma publicização do direito, marcada pela ascensão do direito constitucional sobre o direito privado (Casagrande, 2008, p. 16).

⁴ Quando há referência às escolas da Comarca de Bauru, compreende-se todas as escolas municipais e estaduais que ofertam a educação básica, nas etapas do ensino fundamental e ensino médio de três municípios, sendo estes: Bauru, Arealva e Avaí. Pontua-se que há outros municípios que integram a jurisdição da Comarca de Bauru, porém houve o convite da Promotoria às lideranças destas redes educacionais para adesão ao projeto devido à maior incidência de demandas acerca da educação especial nestes municípios.

base para a elaboração de Termos de Compromisso com o estabelecimento de metas e ações que promovessem processos de ensino capazes de formar pessoas por meio da aprendizagem de qualidade.

Com base no material coletado, questionou-se quanto à efetividade das estratégias e ações de ensino traçadas para o alcance da educação inclusiva, da melhoria na qualidade da aprendizagem e, conseqüentemente, na formação das pessoas caracterizadas como público elegível aos serviços da educação especial de forma integral. Sobre a educação integral e globalizadora, Zabala (2002, p. 44), explica que

toda atividade educativa, por mais específica que seja, veicula uma visão mais ou menos concreta de um modelo de ser humano, o que presume uma antropologia filosófica, uma visão determinada da vida, uma ideologia, um modelo de pessoa, proprietária de um ideal e de algumas pautas de comportamento em relação a uma determinada escala de valores. Ideais, valores e pautas de comportamento que não são nem mais nem menos que o reflexo de uma determinada concepção da sociedade.

Na busca por compreender a concepção da sociedade que as escolas têm, bem como os valores e atitudes transmitidos nos relacionamentos humanos e educacionais cotidianos destes lócus, sobretudo em relação aos alunos elegíveis aos serviços da educação especial, esta pesquisa (tese) propôs dar sequência ao projeto bauruense visando dar suporte multidisciplinar e interinstitucional às escolas, às famílias e aos alunos elegíveis aos serviços da educação especial das instituições públicas de Bauru e, de forma específica, propor Consultoria Colaborativa para duas unidades estaduais deste grupo de escolas.

Para contextualizar, a primeira fase do Macroprojeto foi focada no diagnóstico da realidade da educação inclusiva nas escolas municipais e estaduais observadas, gerando um vasto banco de dados, além de despertar para uma profunda reflexão dos atores envolvidos no âmbito da pesquisa, acerca da qualidade da educação que estava sendo entregue e em qual nível de qualidade poderia ser alcançado. Após o mapeamento das Unidades Escolares, foram elaborados e entregues os relatórios individualizados para cada uma das escolas participantes, que receberam a tarefa de elaborar e executar um plano de ações e metas de curto, médio e longo prazos, a fim de superar os fatores dificultadores identificados que estavam interferindo no processo ensino e aprendizagem de alunos elegíveis aos serviços da educação especial.

Assim, surge a segunda etapa do Macroprojeto, denominada “Colaboração entre Universidade e Escola Pública para a ampliação de políticas, práticas e culturas mais inclusivas” e em específico, surgem os estudos desta tese de doutorado, tendo como objetivo geral propor consultoria colaborativa para duas das setenta e cinco escolas participantes, visando o

acompanhamento do trabalho da gestão e sua equipe escolar no planejamento, na implementação e na avaliação das estratégias e ações de ensino constantes nos Planos de Ações elaborados por estas escolas.

Como desdobramento, objetiva-se de forma específica nesta tese, observar e analisar as metas estabelecidas pelas escolas participantes e analisar em que medida as ações tomadas corroboraram para o alcance da política de inclusão escolar; propor e analisar o processo de consultoria colaborativa e as intervenções realizadas nestas duas unidades escolares; analisar se as ações de curto, médio e longo prazos contemplam a legislação vigente no que tange ao direito à educação na perspectiva inclusiva e verificar se após as ações efetivadas, as comunidades escolares apresentaram processos educacionais que favoreçam as políticas, práticas e culturas inclusivas, identificando assim, os desafios e as possibilidades encontradas nas duas escolas estudadas.

Dentre as hipóteses elencadas para a busca de respostas, têm-se:

- a) o planejamento e a atuação da gestão e da equipe escolar com ações e metas a curto, médio e longo prazo⁵ contribui para melhorar as condições de concretização de políticas, práticas e culturas que favorecem a inclusão na escola;
- b) a Consultoria Colaborativa é uma forma viável para apoiar a escola na identificação e na resolução de demandas relacionadas à educação especial na perspectiva inclusiva, contribuindo para melhorar a qualidade da oferta dos seus serviços educacionais aos alunos elegíveis aos serviços da educação especial na perspectiva inclusiva.

Quanto ao método que delineia os procedimentos e as características deste estudo, tem-se uma pesquisa-ação colaborativa, de natureza longitudinal, com finalidade aplicada e abordagem quali-quantitativa. Utilizou o método indutivo com o objetivo de descrever e explorar seu objeto, dando continuidade ao estudo “Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público-alvo da educação especial em escolas públicas da comarca de Bauru”, aqui denominado Macroprojeto.

A estrutura do trabalho é composta por dois capítulos independentes que se diferem quanto ao método utilizado para o seu desenvolvimento, sendo o primeiro, uma revisão bibliográfica integrativa que buscou identificar como estavam os estudos sobre o tema e

⁵ Metas de Curto Prazo: metas para serem desenvolvidas dentro do prazo de 6 meses a contar do seu planejamento; Metas de Médio Prazo: metas para serem desenvolvidas dentro do prazo de 12 meses a contar do seu planejamento; Metas de Longo Prazo: metas para serem desenvolvidas no prazo superior a 12 meses a contar do seu planejamento.

fundamentar teoricamente o delineamento da pesquisa, as intervenções propostas, o percurso percorrido na coleta de dados e a tese que se pretende defender. Para tal, a pesquisa foi iniciada com a realização da revisão integrativa que identificou o estado da arte dos temas que envolviam a gestão, o planejamento e a efetivação de políticas, práticas e culturas inclusivas.

O capítulo 1 desta tese investiga a educação inclusiva sob a ótica da categorização deste tema em três grandes dimensões, sendo: a política, a prática e a cultura inclusiva, estrutura esta que foi sistematizada por Booth (2012) e adotada pelo Macroprojeto desde a sua concepção e serviu como um dos seus direcionadores de trabalho, fazendo uso do instrumento de coleta de dados Index para Inclusão, organizado com base nesta categorização para elaboração e para o estabelecimento dos indicadores a serem pesquisados, se mostrando como “uma sugestão alternativa de conhecimento para a educação” (Booth ,2012, p. 7), cuja aplicação provoca o encorajamento de todos da escola para contribuírem com um plano de desenvolvimento inclusivo e colocá-lo em prática.

Conceituam Booth e Ainscow (2012, p. 13) que as políticas inclusivas no contexto escolar se referem a como a escola é administrada e aos planos de mudanças, isto é, as adequações que envolvem a inclusão. Já na análise das práticas inclusivas, observa-se o que é aprendido e ensinado e como isso é feito. E por fim, quanto às culturas inclusivas, estas refletem as relações e os valores e crenças profundamente enraizados no contexto escolar. Trabalhar a cultura é essencial para que se sustente o desenvolvimento da política e das práticas na perspectiva inclusiva.

Já o capítulo 2 da tese se refere ao relato da pesquisa-ação que desenvolveu uma consultoria colaborativa em duas das setenta e cinco escolas participantes do Macroprojeto, utilizando-se da mescla das abordagens quantitativa e qualitativa para tratativa dos dados coletados na medida em que define como instrumental da pesquisa, as intervenções que atingiram as ações e o trabalho da gestão e da equipe escolar para implementar políticas, práticas e culturas que promovam condições mais favoráveis para a promoção da inclusão. Este estudo, procura pela coleta, acompanhamento e intervenção, validar o planejamento e as ações escolares que demonstrem contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade, que respeita o direito de aprender do aluno de acordo com sua potencialidade, o que neste trabalho se delineia como problemática de pesquisa (Baptista, 2016).

Em relação aos resultados esperados, espera-se que a pesquisa seja de múltipla destinação, considerando que proporcionará a todos os agentes escolares, a obtenção de

conteúdos e reflexões acerca de ações favoráveis para a busca de processos de ensino que visam a aprendizagem de qualidade para o público elegível aos serviços da educação especial, como também poderá impactar no desenvolvimento de futuros profissionais da psicologia e áreas afins sobre a possibilidade de intervenções aplicadas no ambiente escolar, sem contar a relevância do estudo para as áreas do direito e aos seus operadores, apresentado um complexo estudo fático sobre a realidade da educação, material de relevância para a elaboração de novas leis, novas políticas públicas e tratativas mais seguras e justas das demandas educacionais pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal timão, por meio da consultoria colaborativa, acompanhar, apoiar e avaliar os resultados de ações planejadas por duas escolas no desenvolvimento de metas, estratégias e movimentos voltados para ampliar as políticas, práticas e culturas inclusivas que influenciam nos processos de ensino dos estudantes elegíveis aos serviços da educação especial.

Como desdobramento, e considerando o importante papel da gestão tanto no planejamento quanto na execução de ações inclusivas, por meio da revisão bibliográfica da literatura, no capítulo 1 identificou-se poucos achados científicos no período investigado, mostrando as lacunas não tratadas pela ciência sobre o tema, bem como revelou pela amostra levantada, a concentração de trabalhos na temática da política inclusiva, o forte apelo para a formação da gestão e dos docentes, para o trabalho colaborativo, para o conhecimento do aluno e para as práticas docentes baseadas em evidências.

Quanto aos obstáculos enfrentados, a pandemia da Covid-19 precisa ser registrada como dificultador das ações humanas nos anos de 2020 e 2021 e com ela, destacaram-se as desigualdades sociais e os impactos diretos aos sistemas e processos educacionais, o que gerou reflexos e prejuízos no andamento do projeto, como atrasos, ações suspensas, adaptações que não estavam no escopo do projeto em sua constituição.

No entanto, a capacidade humana de resiliência foi demonstrada em muitas searas e no universo escolar não foi diferente. Ainda que em tempos e condições muito diferentes, aos poucos a escola foi resgatando seu espaço e essência na formação da sociedade presente e futura e da mesma forma, o projeto acompanhou este movimento.

A consultoria colaborativa se deu com lastro no macroprojeto que mostrou em todo seu percurso a atuação conjunta, frutífera e próspera do Ministério Público e da universidade pública, aqui representada pela UNESP na efetivação do direito individual à educação e demonstrou na prática como se concretiza o trabalho harmônico e independente do Estado por meio das Instituições que integram o Poder Público na efetivação de direitos fundamentais, com a materialização e o acompanhamento da Política Pública Educacional para a educação especial na perspectiva inclusiva.

Por sua função essencial de promover conhecimento e pesquisa, a universidade pública ao propor e liderar uma pesquisa-ação, na modalidade de consultoria colaborativa, demonstra

sua competência para intermediar, articular e registrar meios viáveis de concretizar direitos, a fim de que sejam replicados em seus conhecimentos e reaplicados em seus efeitos sociais positivos.

Especificamente sobre a consultoria colaborativa, que se consolidou numa complexa proposta de intervenção com foco na formação docente em serviço, dentre as hipóteses elencadas para a busca de respostas, a primeira, tem-se que o planejamento e a atuação da gestão e da equipe escolar com ações e metas a curto, médio e longo prazo contribuíram para favorecer as condições de oferta do direito à educação na perspectiva inclusiva, atuando na implantação e reconstrução de políticas, práticas e culturas inclusivas junto às escolas participantes da consultoria, o que restou totalmente confirmada haja vista o alcance das ações promovidas por ambas e comprovadas por evidências, concluindo que a gestão deve atuar preventiva, ostensiva e interventivamente para que seja assegurado o direito à educação de qualidade do estudante com deficiência.

Já quanto à hipótese de que a consultoria colaborativa é uma forma viável para apoiar a escola na identificação e na resolução de demandas relacionadas à educação especial na perspectiva inclusiva, contribuindo para melhorar a qualidade da oferta dos seus serviços educacionais aos alunos que deles necessitam, tem-se que esta hipótese foi totalmente confirmada, considerando as oportunidades de suporte material, o foco na formação em serviço que se desdobraram em adaptações curriculares e metodológicas e o mais importante, a sensibilização para uma reflexão perene da comunidade escolar sobre o estudante com deficiência.

Durante as ações do processo interventivo, as escolas demonstraram, relataram e evidenciaram significativo alcance tanto no planejamento quanto na execução de ações promotoras da educação especial na perspectiva inclusiva, com o apoio e norteameto da pesquisa-ação, o que havia sido demonstrando pelo macroprojeto como uma grande dificuldade presente nas escolas da comarca de Bauru.

A metodologia utilizada para implementação do projeto com o intenso trabalho de campo tanto para a coleta, quanto para as intervenções, também pode reafirmar a convicção de que só há avanço e resultados concretos na educação inclusiva e para todos com qualidade, quando a Unidade Escolar trabalha alicerçada na política, na cultura, que se perfaz com as práticas inclusivas, constituindo um complexo processo concatenado de procedimentos

menores, com múltiplos agentes, que juntos unem variados saberes e competências para a entrega do direito educacional.

Espera-se que os resultados alcançados até aqui se fortaleçam e multipliquem, e, em relação aos pontos destacados como alertas, que sejam tomados como base para reflexões e ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazo, tanto para as redes municipal e estadual, quanto para novos projetos, seja de iniciativa do Ministério Público, seja da universidade em busca da ampliação e da qualidade da entrega do direito à educação para todos, ou, até mesmo, por iniciativas internas das próprias escolas. Os modelos de trabalho foram lançados e a sensibilização foi atingida, deixando condições para serem replicados.

Como limitações do estudo, sem deixar de considerar os influxos da pandemia da Covid-19, na observação das metas e ações planejadas pelas escolas e pelas evidências apuradas, pode-se considerar que o trabalho interventivo intencional, constante e gradual, corroborou para o trabalho nas três dimensões da educação inclusiva, porém não foi possível mensurar nesta pesquisa a avaliação do desempenho e da aprendizagem dos estudantes elegíveis aos serviços da educação especial após suas respectivas unidades escolares serem submetidas às ações propostas pela consultoria colaborativa.

Como sugestão para continuidade dos estudos aqui trabalhados, propõe-se pesquisas que avaliem a aprendizagem e o desempenho destes estudantes das duas escolas participantes, bem como se propõe a elaboração de programa específico de formação para gestores da educação, a fim de serem multiplicadores do saber e articuladores aptos a intermediar todas as relações humanas que envolvam a oferta da educação na perspectiva inclusiva, com a finalidade de haver qualidade e para todos.

REFERÊNCIAS (GERAL)

ANASTASIA, Antônio Augusto Junho; PIRES, Maria Coeli Simões. O papel do federalismo na execução das políticas públicas: impactos na distribuição de receita pública e nas responsabilidades dos entes federados. *In*: MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. (Org.) **Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

ANDRADE, B. O. **Conselho de escola e os processos de inclusão de alunos público-alvo da educação especial**. 2016 142 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3973288. Acesso em: 26 maio 2020.

ALMEIDA, M. L.; EFFGEN, A. P. S.; SÁ, M. G. C. S. A pesquisa-ação em princípios e pressupostos: um diálogo com gestores públicos de educação especial. *In*: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. V. 4. São Paulo: Edições Loyola, 2018, p.25-47.

ARAÚJO REIS, A.; ALVES, R. Além dos professores especializados: a gestão escolar na Educação Inclusiva. **Devir Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e-673, 2023. DOI: 10.30905/rde.v7i1.673. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/673>. Acesso em: 6 set. 2023

BAHIA, C. J. A.; CORDEIRO, F.A.M. o ministério público e seu papel fundamental na efetivação dos direitos fundamentais e na integração dos sistemas que constituem a democracia. **Revista Atuação**, v. 14, n. 30. 2019, p. 63-76. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalPeriodicos/TodosOsPeriodicos/atuuacao_rev_ju_r_MPSC/atuuacao2019v.14n.30.pdf. Acesso em 03 jan. 2020.

BAPTISTA, C. R. Política pública, educação especial e escolarização no brasil. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.45, e217423, p. 1-18, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100407&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 26 maio 2020.

BAPTISTA, M. N.; DE CAMPOS, D. C. **Metodologia de Pesquisa em Ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2016.

BAROW, T ; ÖSTLUND, D. The system shows us how bad it feels: special educational needs assessment in North Rhine-Westphalia, Germany. **European Journal of Special Needs Education**, v. 34, issue 5, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08856257.2019.1603595>. Acesso em: 26 maio 2020.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas**. 3.ed. ver. Amp. 2012. Disponível em:

<https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/index-para-a-inclusao.pdf>. Acesso em 22 ago. 2023.

BORGES, André. Lições de reformas da gestão educacional: Brasil, EUA e Grã-Bretanha. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 78-89, jul./set. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 24 out. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 007, de 14 de junho de 2003**. Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo. Brasília, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008**. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em 03 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6949/2009**. Decreto Presidencial nº 6949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 03 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do Programa Escola Acessível**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192. Acesso em: 30 mai.2020.

BRASIL. UNICEF BRASIL **Declaração universal dos direitos humanos**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. **Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 19 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: 2014. Disponível em: http://inep.gov.br/resumotecnico_censo_educacao_basica_2013. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: 2021. Disponível em: http://inep.gov.br/resumotecnico_censo_educacao_basica_2021. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

CABALLO, V.E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo, Santos Editora, 2003.

CALDERANO, M. A.; MARTINS, E.B.A.; MARQUES, G. F. Desafios e possibilidades do trabalho cooperado entre universidade e escola. In: CALDERANO, M. A.; MARTINS, E.B.A.; MARQUES, G. F. (org.). **Formação continuada e pesquisa colaborativa: tecendo relações entre universidade e escola**. Juiz de Fora, UFJL, 2013.

CAPELLINI, V. L. M. F. **A inclusão de aluno com Necessidades Educacionais em Classes Comuns**: Avaliação do Rendimento Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFScar, São Carlos, 2001.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E.G. **História da educação especial: em busca de um espaço na história da educação brasileira**. Campinas, 2015. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G.; RODRIGUES, O. M. P. R. O que a comunidade quer saber sobre Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 9, n. 2, p. 181-194, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v09n02/v09n02a06.pdf>. Acesso em 03 set. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da Educação Inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5782>. Acesso em 23 set. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ARAÚJO, R.C.T.; AMORIM, G.C. **Atendimento Educacional Especializado**: revisão bibliográfica em base nacional. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 68-83, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/article/view/4749>. Acesso em 23 set. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. (coord.) **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da Comarca de Bauru**: Projeto Fapesp nº 2015/22397-5. Relatório Anual 2016. Bauru:UNESP, 2017.

CAPELLINI, V. L. M. F. (coord.) **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da Comarca de Bauru**. Projeto Fapesp nº 2015/22397-5. Relatório Anual 2020. Bauru:UNESP, 2021.

CAPELLINI, V. L. M. F. (coord.) **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da Comarca de Bauru**. Projeto Fapesp nº 2015/22397-5. Relatório Anual 2022. Bauru:UNESP, 2023.

CAPELLINI, V.L.M.F. (coord.) **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da Comarca de Bauru**. Projeto Fapesp nº 2015/22397-5. Relatório Individual. Unidade A. Bauru:UNESP, 2019a.

CAPELLINI, V. L. M. F. (coord.) **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da Comarca de Bauru**. Projeto Fapesp nº 2015/22397-5. Relatório Individual. Unidade B. Bauru:UNESP, 2019b.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações para atendimento de estudantes**: altas habilidades / superdotação. – São Paulo : SME / COPED, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/orientacoes-para-atendimento-de-estudantes-altas-habilidades-superdotacao/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

CARDOSO, C. M. **Fundamentos para uma educação na diversidade**. 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155243>. Acesso em 20 set. 2023.

CARNIEL, F. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n.50, p. 83-116, já/abr.2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100083&lang=pt. Acesso em: 26 maio 2020.

CARVALHO, R. Edler. **Educação Inclusiva**: Com os pingos nos “is”. 10. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CASAGRANDE, C. **Ministério Público e a judicialização da política**: estudos de caso. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2008.

CHIARADIA, A. P. X.; CARON, L. Políticas públicas de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular: breve histórico. In: SOUZA, I. V. (org). **Educação inclusiva no Brasil**: história, gestão e políticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 141-160.

COSTA, C. E. F.; GUIMARÃES, D.N. **Direitos humanos e educação: diálogos interdisciplinares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Encontrografia, 2020.

CHAN, T.; YUEN, M. Inclusive Education in an International School: A Case Study from Hong Kong. *International Journal of Special Education*. **International Journal of Special Education**, v.30 n.3. p86-97. 2015. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1094933>. Acesso em: 26 maio 2020.

CUNHA, Luiz. A. **Educação, Estado e democracia**. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; [Brasília, DF]: Flacso, 1991.

CURY, C. R. J. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em ação**. v. 13. n. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23749/16761>. Acesso em 08 set. 2023.

DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A. Avaliação do repertório social de crianças com necessidades educacionais especiais. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. WILLIAMS, L.C. A. (Org.) **Temas em educação especial: avanços recentes**. 1 ed. Londrina, v.1, p. 149-158, 2004.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EVANGELISTA, O. **Estudos teórico-metodológicos no campo da educação especial: o trabalho com fontes documentais**. Minicurso GT-15: Educação Especial. Rio de Janeiro: Anped, 2008.

FARIAS, E. R. S. **A inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino regular: vozes e significados**. 2017.150 f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituição de Ensino. Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5016026. Acesso em: 26 maio 2020.

FERRARI, I. P.; VILARONGA, A. R.; ELIAS, N. C. Ensinando professores de sala comum a fazer adaptação curricular. **Psicologia da Educação**, v.1, n.49, p.67-77, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/45679>. Acesso em: 10 set. 2023.

FERREIRA, L. N. **Educação escolar inclusiva: desafios e possibilidades de uma escola aberta para todos**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Instituição de Ensino: Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2924591. Acesso em: 26 maio 2020.

FONSECA, K. A. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Bauru, 2011. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97506/fonseca_ka_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 maio 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (orgs). **Pesquisa em Educação**: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas. São Paulo: Edições Loyola, 2018. V.4.

FRANCI, M.A.S.; BETTI, M. Pesquisa-ação: por uma epistemologia de sua prática. *In: Pesquisa em Educação*: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas. São Paulo: Edições Loyola, 2018. V.4, p. 15-24.

GAITAS, S.; CARÊTO, C.; Educação Inclusiva e as (insuperáveis?) fronteiras da organização escolar. **Currículo sem fronteiras**, v.22, e1816, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Gaitas/publication/358896593_Educacao_Inclusiva_e_as_Insuperaveis_Fronteiras_da_Organizacao_Escolar/links/6220b448e474e407ea1fbaff/Educacao-Inclusiva-e-as-Insuperaveis-Fronteiras-da-Organizacao-Escolar.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

GESSER, M.; MARTINS, R.M. Contributions of a Teacher Training Program to Inclusive Education/Contribuicoes de um Programa de Formacao de Professores para a Educacao Inclusiva. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v.29, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/paideia/article/view/157112>. Acesso em: 26 maio 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, W. **O papel do Ministério Público na proteção dos direitos humanos**. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2000. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/API/article/download/.../3640>. Acesso em: 19 out. 2019.

GUIMARÃES, D. N.; AZEVEDO, S. M.; SILVA, C. A. Inclusão escolar no Brasil: o direito na prática. *In: GUIMARÃES, D. N.; AZEVEDO, S. M.; SILVA, C. A. Escola hoje*: contexto contemporâneo da educação. Rio de Janeiro: Multicultural, 2016. p. 191-201. Disponível em: https://brasilmulticultural.org/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Escola-hoje_ebook.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

HERNANDES, M. D. P. S.; ALVAREZ, C. A. V. Cultura inclusiva: caminho hacia la atención de diversidad em la educación. **Horizontes Revista de Investigación em ciencias de la educación**, v. 6., n. 26. 2022. Disponível em: https://repositorio.cidecuador.org/jspui/bitstream/123456789/2492/1/Articulo_7_Horizontes_N26V6.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 23 jan. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 2 jan. 2024.

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B.; RODRIGUES, C. H. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: a formação de professores e a educação na diferença. In: JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B.; RODRIGUES, C. H. **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2018, p. 67-86. V.4.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, num spe, p.51-68, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zykqKsDdgtM8GJXsctSYQjJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 03 jan. 2024.

KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, v.33, n.120, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpqjdyFHDP/?lang=pt#>. Acesso em 19 set. 2023.

LATEDIP. **Laboratório de Tecnologias para o desenvolvimento e inclusão de pessoas**. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/#!/latedip/apresentacao/historico/>. Acesso em 03 jan. 2024.

LIMA, E. C. V. **Gestão escolar e política educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4206132. Acesso em: 26 maio 2020.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAPEPA, P; MAGANO, M. D. Support to address barriers to learning for learners who are deaf. **African Journal of Disability**. V. 7. 2018. Disponível em: <https://ajod.org/index.php/ajod/article/view/381>. Acesso em: 26 maio 2020.

MAZON, C. C. X.; LEITE, L. P. O mal-estar docente em gestores escolares. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 304-318, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 fev. 2024.

MENDES, E. G. **A inclusão escolar em creches desenvolvendo procedimentos para avaliação de políticas e formação de educadores**. Projeto de Bolsista Produtividade aprovado pelo CNPq, São Carlos-SP. 2002.

MENDONÇA, L. D. **Identificação de alunos com altas habilidades ou superdotação a partir de uma avaliação multimodal** / Lurian Dionizio Mendonça, 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2525e9a9-6411-4c24-be40-840f351b64c8/content>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MOHER, D.; LIBERATI A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; THE PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the prisma statement. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 2. p.24, 2015. Disponível em: www.prisma-statement.org. Acesso em: 26 maio 2020.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Ijuí, 2016.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo Práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, v.5, n.2, p.126 – 143. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/5211>. Acesso em 10 set. 2023.

OLIVEIRA, L.F. **Consultoria Colaborativa como modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/71580/R%20-%20D%20-%20LURDES%20FABRICIO%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 set. 2023.

PALUMBO, D. J. **Public Policy in América: Government in Action**. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. San Diego:Harcourt Brace & Company, 1994.

PARO, V. H. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

PARO, V. H. Elección de directores escolares en Brasil: un instrumento democrático. **Docencia**, Santiago de Chile, v. 14, n. 39, p. 90-100, dez. 2009.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PIOVEZAN, F. **Temas de direitos humanos**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

QUEIROZ, J. G. B. A.; GUERREIRO, E. M. B. R. Política educacional e pedagógica da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na rede de ensino público de Manaus. **Revista de educação especial**, Bauru, v.25, n.2, p.233-248, abr-jun., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000200233&lang=pt. Acesso em: 26 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015>. Acesso em 25 Out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos>. Acesso em: 18 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos>. Acesso em: 18 out. 2019.

OLIVEIRA, I. C.; VASQUES-MENEZES, I. Revisão de Literatura: o conceito de gestão escolar. **Cad. Pesqui.** v.48, n.16, maio-ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PIOVEZAN, F. **Temas de direitos humanos**. 10.ed, rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. Tese (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3103>. Acesso em: 28 jan. 2024.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica Magalhães. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3989/3576> Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, J. T. P. **A gestão escolar na construção de uma escola inclusiva: fundamentos e práticas na rede de ensino municipal de São Luís/MA**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3972441. Acesso em: 26 mai. 2020.

SANTOS, C. E. M. **Da infraestrutura física às práticas pedagógicas: Desafios da escola frente ao aluno público-alvo da educação especial**. [Dissertação de Mestrado] - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181630>. Acesso em 24 ago. 2023.

SANTOS, C. E. M.; CAPELLINI, V.L.M.F. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk/?lang=pt#>. Acesso em 24 ago. 2023.

SANTOS, M. C. R.; SILVA, E. B.; SOUZA, M. A. B. P.; PEREIRA, C. R. Educação inclusiva e políticas públicas brasileiras: aspectos históricos e conceituais. **Revista Inclusiones**. Vol: 7 num Especial (2020): 42-62. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/1314>. Acesso em 03 jan. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Política de Educação Especial do Estado de São Paulo**. SEDUC, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/PEE-SP-DOCUMENTO-OFICIAL.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações para atendimento de estudantes: altas habilidades / superdotação**. – São Paulo: SME / COPED, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/orientacoes-para-atendimento-de-estudantes-altas-habilidades-superdotacao/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SEGALLA, J. I. S. F.; MARTA, T. N. **Direito à educação inclusiva: um direito de todos**. São Paulo: Editora Verbatim, 2013.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.

SOUZA, L. D. F.; LUCA, G. D. **Direito à educação: um preceito fundamental**. Revista Paradigma, Ribeirão Preto, n.22. p. 80-92, já/dez.2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative Review: what is it? How do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en#>. Acesso em 05 jan. 2024.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino Colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n.95, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?lang=pt#>. Acesso em 03 jan, 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=1&queryId=05dd5c72-8d6a-4acc-8fe0-49e43ba8f71d>. Acesso em: 06 set. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 2011.

UNIDADE A. **Portfólio de Atividades**. Bauru, 2022a.

UNIDADE A. **Projeto Político Pedagógico**. Bauru, 2022b.

UNIDADE B. **Portfólio de Atividades**. Bauru, 2022a,

UNIDADE B. **Projeto Político Pedagógico**. Bauru, 2022b.

VAN, D. B. T.; GEIJSEL, F. P.; GARST, G. J. A.; TEM, D. G. T. M. Modelling inclusive special needs education: insights from Dutch Secondary School. **European Journal of Special Needs Education**. v. 31, Issue 2, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08856257.2016.1141509>. Acesso em: 26 maio 2020.

VASQUES, C.; ULLRICH, W. Correspondência sobre o outro na educação especial. **Educação Temática Digital**. V. 21, n.2. p.316-333, São Paulo. Acesso em: 09 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8653393>. Acesso em: 26 maio 2020.

VERDIER, K.; FERNELL, E; ULLA, E. Challenges and Successful Pedagogical Strategies: Experiences from Six Swedish Students with Blindness and Autism in Different School Settings. **Journal of Autism and Developmental Disorders**. v. 48. p. 520–532. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-017-3360-5>. Acesso em: 26 maio 2020.

ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo. Uma proposta para o currículo escolar**. trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZERBATO, A.P. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 jan. 2024.

ANEXOS

Anexo A - Relatório de Devolutiva

Autores deste Documento:

Psicóloga 1- CRP XX/XXXXX

Psicóloga 2 - CRP: XX/XXXXX

Autora – OAB/SP: XXX.XXX

Informação Relevante:

Processo de avaliação proporcionado pelo Projeto Colaboração Universidade-Escola Pública na construção de políticas, práticas e culturas mais inclusivas.

Finalidade:

A Resolução CFP nº 007/2003, a qual institui o Manual De Elaboração de Documentos Escritos Produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica orienta que:

“A avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica”.

A coadunação de técnicas e instrumentos para coleta de dados permite, ao profissional, uma melhor compreensão da situação atual do indivíduo e a possibilidade de encaminhamento, quando necessário, para serviços que favoreçam o suprimento de suas demandas.

Assim a avaliação foi realizada buscando entender o funcionamento cognitivo da criança bem como os comportamentos apresentados pela mesma em seu contexto social.

I – IDENTIFICAÇÃO

Dados do Participante da Avaliação:

Nome: XXXXX

Data de Nascimento: XX/XX/XX

Filiação: XXXXX

Idade no início da avaliação: XX anos

Período de avaliação: de 04/07/2022 a 13/09/2022

II – INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

- Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - 4ª Edição (WISC-IV);
- Escala de comportamento adaptativo;
- Escala de níveis de Apoio - Supports Intensity Scale - AAIDD;

III- INFORMAÇÕES RELEVANTES DE ANAMNESE

Em entrevista com a responsável, (mãe) foram pontuadas informações relacionadas ao histórico desenvolvimento, rotina familiar e escolar, enfatizando sobre as possíveis dificuldades da criança nestes ambientes.

Sobre as informações pré, peri e pós-natal, tem-se que segundo a mãe a gestação foi conturbada com sintomas de pressão alta e parto antecipado com o nascimento do aluno pré-maturo (34 semanas de gestação). Após o parto, o bebê precisou de apoio para respirar, sendo entubado. Ficou os primeiros meses internado e sofreu diversas infecções e também teve episódio de convulsão ainda nos primeiros dias de vida. Não amamentou em sua mãe e teve dificuldades em pegar a mamadeira, começou a comer papinha cedo e considera que hoje não herdou dificuldades em se alimentar. Por ser bebê prematuro, fez acompanhamento na Sorri e teve alta quando andou. Tem bom sono. Considera o filho calmo, não é agressivo. Mora com a mãe e o irmão e tem bastante contato com os avós maternos. Os pais são separados, não tem contato com o pai, que constituiu outra família. Em relação ao desenvolvimento da linguagem, demorou para falar, por volta dos 3 anos de idade formou frases completas e hoje o considera com dificuldades de contar fatos, “conta picado”. Em relação ao percurso escolar, conta que foi chamada na escola do fundamental 1 e recebeu a queixa de que o filho era bastante distraído e tinha dificuldades de concentração. Foi encaminhado para avaliação e diagnosticado com TDA em 2019. Fez tratamento particular à época. A mãe relata que apresentou o documento (laudo) à escola, que solicitou que passasse novamente pelo processo de avaliação, considerando que o diagnóstico é de 2019 e o aluno não faz mais nenhum acompanhamento. A pandemia prejudicou as terapias e seu aproveitamento escolar piorou mais.

Portanto, neste momento, se fez necessário, por meio de instrumentos avaliativos e observações comportamentais, pontuar habilidades pertinentes ao desenvolvimento humano e de aprendizagem, sinalizando possíveis intervenções, de acordo com os resultados obtidos.

IV – ACHADOS PEDAGÓGICOS:

Breve relatório pedagógico elaborado por docente que atua com o aluno, apresenta informações de que o aluno “tem dificuldades de concentração, dificuldade na leitura e na escrita, é muito dispersivo e tem dificuldade na compreensão da aula”.

V- DESEMPENHO COGNITIVO

Por meio de técnicas psicológicas para rastreio cognitivo foi identificado que, neste momento, o estudante apresentou desempenho inferior em relação ao esperado para sua faixa etária.

O estudante foi submetido à aplicação dos subtestes da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - 4ª Edição (WISC-IV), a partir dos quais foram derivados os seus Pontos Compostos. O QI Total (QIT) é derivado da combinação de pontuações em 10 subtestes e é considerado a estimativa mais representativa do funcionamento intelectual global. A habilidade cognitiva geral da criança, neste momento, está na classificação inferior em relação ao esperado para sua faixa etária.

Suas habilidades de raciocínio verbal, neste momento, estão na classificação inferior em relação ao esperado para sua faixa etária. O Índice de Compreensão Verbal avalia raciocínio verbal e formação de conceitos.

As suas habilidades de raciocínio não verbal, neste momento, estão na classificação limítrofe em relação ao esperado para sua faixa etária. O Índice de Organização Perceptual avalia formação de conceitos não verbais, percepção e organização visual, processamento simultâneo, coordenação visuomotora, aprendizagem e a habilidade de separar figura e fundo de um estímulo visual.

As habilidades de memória operacional, neste momento, estão na classificação limítrofe em relação ao esperado para sua faixa etária. O Índice de Memória Operacional avalia as habilidades do examinando de sustentar atenção, concentração e exercer controle mental.

E suas habilidades de velocidade de processamento, neste momento, estão na classificação inferior em relação ao esperado para sua faixa etária. O Índice de Velocidade de Processamento é um indicador da velocidade com a qual a criança pode processar mentalmente uma informação, simples ou rotineira, sem errar. Desempenhos em tarefas dessa natureza podem ser influenciados pela discriminação visual e coordenação visuomotora.

IV – COMPORTAMENTO ADAPTATIVO E NECESSIDADE DE APOIO:

Em relação ao *Comportamento Adaptativo*, que diz respeito ao conjunto de habilidades sociais (relacionados à competência social), habilidades práticas (relacionadas ao exercício da autonomia) e habilidades conceituais (relacionadas aos aspectos da comunicação), que são adquiridas ao longo da vida de um indivíduo, para responder às demandas de seu ambiente, o qual foi pontuado por meio de entrevista familiar e observação direta do comportamento, pode ser observado os prejuízos e a necessidade de apoio, conforme abaixo:

Domínio / Tipo de Apoio	Habilidades Conceituais	Habilidades Práticas	Habilidades Sociais
Permanente ou Pervasivo			

Extensivo ou Contínuo	Escrita;		
Limitado	Atividades escolares	Atividades de Vida Comunitária	Segurança
Intermitente			

Notas explicativas:

Pervasivo ou Permanente – apoio constante, de alta intensidade, indicado em diversos ambientes, potencialmente durante todo o ciclo de vida da pessoa. Envolve uma equipe maior de pessoas para administrar os apoios.

Extensivo ou Contínuo – apoio prestado regularmente (às vezes, diário), em alguns ambientes (escola, trabalho, lar), sem limitações quanto ao tempo de duração e permanência.

Limitado – apoios intensivos caracterizados por alguma duração contínua, indicado em momentos necessários, mas por período limitado de tempo.

Intermitente – apoio episódico, baseado em necessidades específicas e oferecido em certos momentos, por tempo limitado, particularmente em momentos de transição no ciclo de vida da pessoa. Pode ser oferecido em momentos de crise ou em demandas específicas.

No domínio do comportamento disruptivo, a mãe informa que a criança apresenta com frequência dificuldade de adesão ao processo escolar. De forma geral, a partir dos resultados exibidos na tabela acima, é possível observar prejuízos, em relação às respostas que auxiliam a criança em sua adaptação em âmbito físico, social e emocional, conforme se esclarece quanto aos objetivos do instrumento utilizado.

VI – CONCLUSÃO:

Com base nas informações obtidas, instrumentos utilizados, história de vida e comportamentos apresentados, neste momento, é possível verificar que o estudante apresenta interesses específicos, que são da maioria de crianças de sua faixa etária, contudo apresenta desempenho cognitivo abaixo do esperado nas áreas avaliadas. De acordo com os achados podemos observar sinais de alerta para déficits significativos nas áreas acadêmica, comunitária e de autoadvocacia.

Assim, ***é importante que seja realizada intervenção específica e após discussão com a equipe interventiva, quanto ao desenvolvimento da criança e respostas à intervenção, considerando os aspectos de linguagem/comunicação, comportamento e interação.*** Dessa forma sugere-se intervenção adequada nas questões observadas, e após um período de 12 meses, novo processo avaliativo deve ser realizado para avaliação diagnóstica.

VII – CONDUTA:

Assim, nesse momento, para suprir as demandas apresentadas pela criança sugere-se:

- Acompanhamento psicológico com foco nas questões que estão interferindo diretamente em seu desempenho;
- Adaptações escolares com objetivo de atender critérios legais.

Bauru, XX de XXXXX de XXXX

(Psicóloga 1)

CRP: XX/XXXXXX

(Psicóloga 2)

CRP XX/XXXXXX

Autora

OAB/SP XXXXX

Coordenadora Geral do Projeto

ANEXO B - Aprovação Comitê de Ética – Projeto Colaboração Universidade – Escola Pública para ampliação de políticas, práticas e culturas mais inclusivas.

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Colaboração Universidade-Escola Pública na construção de políticas, práticas e culturas mais inclusivas **Pesquisador:** Vera Lúcia Messias Fialho Capellini **Área**

Temática:

Versão: 1

CAAE: 21890919.2.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.634.519

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa que propõe a colaboração Universidade-Escola Pública na construção de políticas, práticas e culturas mais inclusivas.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos da pesquisa são: geral: implementar parceria colaborativa, por meio de assessoria colaborativa, entre universidade e escolas públicas de educação básica com vistas a ampliar/promover políticas, práticas e culturas mais inclusivas.

Específicos: realizar e avaliar ações que promovam o desenvolvimento de crianças e adolescentes público alvo da educação especial em suas dimensões biológica, social, afetiva e cognitiva, visando à superação das desigualdades por meio de uma cultura inclusiva; desenvolver a formação de alunos(as) público alvo da educação especial e professores(as) por meio da orientação de atividades didático-pedagógicas que promovam o desenvolvimento da autonomia; auxiliar na elaboração, adaptação e avaliação de estratégias didático-pedagógicas com uso de materiais pedagógicos e ferramentas tecnológicas; colaborar no planejamento do projeto político pedagógico democrático que contemple uma visão política, prática e social mais inclusiva; viabilizar ações que favoreçam a análise, avaliação e estabelecimento de metas visando a melhoria da aprendizagem e desempenho escolar; viabilizar ações que favoreçam a melhoria do clima escolar e das relações interpessoais a partir de um diagnóstico já realizado, contribuindo para o

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: CENTRO

CEP: 17.033-360

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)3103-9400

Fax: (14)3103-9400

E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

Continuação do Parecer: 3.634.519

desenvolvimento de uma cultura inclusiva; avaliar a parceria colaborativa no desenvolvimento de currículos e práticas mais inclusivas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto apresenta risco mínimo aos participantes e pode trazer benefícios para área de estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto adequado às exigências acadêmicas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido precisa de adequação. Sugiro acrescentar as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e o endereço do CEP local.

Já o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido precisa acrescentar apenas as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Adequação nos Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexado apresenta ao sujeito seu objetivo, a possibilidade de participar ou não, podendo este desistir a qualquer momento e, também aspectos referentes aos riscos. Não apresenta as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, nem o endereço do CEP local.

Já o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido precisa acrescentar apenas as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado aprovado por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP, contudo, solicita-se atenção aos pontos indicados nas recomendações.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1439772.pdf	25/09/2019 09:20:23		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	EscolasConsentimento.pdf	25/09/2019 09:18:08	Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Aceito

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: CENTRO

CEP: 17.033-360

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)3103-9400

Fax: (14)3103-9400

E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 3.634.519

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_assentimento_livre_e_esclarecido.pdf	25/09/2019 09:13:42	Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_professores.pdf	25/09/2019 09:13:31	Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoCEP.pdf	25/09/2019 08:32:45	Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoPlataformaBrasil.pdf	25/09/2019 08:24:01	Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 10 de Outubro de 2019

Assinado por:
Mário Lázaro Camargo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Luiz Edmundo ~~Camargo~~ Coube, nº 14-01

Bairro: CENTRO

CEP: 17.033-360

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)3103-9400

Fax: (14)3103-9400

E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br